

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 08 - Cidades Insurgentes: Novas Formas de Apropriações Coletivas Urbanas

RELATORIA

Painel: Mesa 08 - Cidades Insurgentes: Novas Formas de Apropriações Coletivas

Urbanas

Data: 29/02/2016, 16h às 17h30

Relator(a)

Letícia Miguel Teixeira – SNAPU

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do encontro é compartilhar um painel de temas sociais e urbanos que permita ampliar o debate nacional e internacional, de forma a subsidiar a posição brasileira nas proposições relacionadas à Agenda Pós-2015 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 11 relacionado ao tema “Cidades Sustentáveis”. Tais assuntos também serão foco de grande parte dos debates que ocorrerão na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), prevista para acontecer em Quito, Equador, em outubro de 2016.

A mesa se propôs a discutir, no contexto da cidade, as novas relações entre Sociedade Civil, Estado e apropriação de territórios urbanos. As cidades são construções socioespaciais e a complexidade das manifestações urbanas, assim como o papel dos novos movimentos urbanos, foram debatidos por pessoas que estudam e organizam diversas experiências de ocupação e apropriação de espaços públicos abordando como estas novas formas de expressão democrática revelam e lidam com os conflitos de interesses de diversos grupos, alteridade e afirmações de identidades nos espaços urbanos. Ao buscar compreender as novas estratégias de novos movimentos sociais e dos chamados coletivos urbanos buscou-se analisar de que maneira essas expressões têm aperfeiçoado as formas da população como um todo de se apropriar das cidades e de que maneira podem contribuir para uma atuação do Estado mais adequada para lidar com essas demandas.

2. BREVE PANORAMA/CONTEXTO DO TEMA

O atual Secretário Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, Nabil Bonduki, abriu a mesa apresentando os participantes. Na sequência foram apresentadas as mesas.

Miguel Jaenicke, arquiteto e doutor pela Universidade Federal de Madri e Vivero Iniciativas Ciudadanas propõe uma nova agenda com novas formas de organização dos coletivos, mais horizontais, participando das intervenções das cidades. Uma série de experiências foi apresentada, como acupunturas urbanas: Dasayunos ciudaddanos, a cada domingo do mês escolhem locais para sevir desaiunos. Urban Knittinga, decorando elementos urbanos com crochê. La galeria Magdalena e fotografias, pequenos regalos urbanos trocados, fotos colaborativas e intercambio de favores. Wifi libre e aberto e compartilhamento de infraestrutura. Hortas compartilhadas de agricultura urbana. Red de Tejas, telhados que viram espaços públicos Cien pies - Mobilidade e reivindicação

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperación
alema

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

Mesa 08 - Cidades Insurgentes: Novas Formas de Apropriações Coletivas Urbanas

envolvendo a proteção de crianças indo para escola, segurança das mesmas. Bici em Madri, pessoas que são instruídas dos melhores caminhos para se trafegar de bicicleta. Iniciativas temáticas de micro urbanismo, visando empoderar pequenas comunidades e mapear as cidades, apontando as agenda de eventos, ocupações e outras manifestações.

Laura Sobral, arquiteta urbanista, é uma das fundadoras do coletivo *A Batata precisa de você* e do instituto *A cidade precisa de você*. Este último é um instituto sem fins lucrativos que reúne pessoas interessadas em promover a melhoria e apropriação dos espaços públicos por meio da articulação de diversos atores de territórios da cidade – comunidade local, movimentos civis organizados, terceiro setor, empresas e poder público. Enquanto proposta política defende a autorregulação e a responsabilidade cívica sobre o uso, os cuidados e a gestão do espaço público. Para Laura, a cidade é um espaço de encontro e de diálogo, o direito à cidade como espaço de encontro com pessoas ativas por uma transformação. O direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente e não só se apropriar da cidade. Ver espaços imperfeitos como oportunidades. Discutir usos temporários, ativação cultural. O Chamado Urbanismo tático: ações de curta duração, de baixo custo e microescala, realizadas em grandes cidades a partir do esforço da sociedade civil. Compreende intervenções ‘bottom up’ (de baixo para cima) no espaço público que facilitam a catalisação de mudanças em longo prazo, não realizadas somente por urbanistas, mas por locais através do engajamento social. Quanto à experiência da Batata, *Batata Precisa de vc* é um projeto de interação da comunidade no projeto de Revitalização do Estado (de concepção árida e muito ampla). Local é historicamente referenciado como local de comércio popular. Quando começaram a ativar o espaço, nada mais era do que atividades comuns, como pequenos shows. Agenda aberta na internet para sua ocupação. As pessoas se inscrevem e fazem o que querem quando o “evento é de baixo impacto”. Largo da batata como laboratório metropolitano, onde são construídas infraestruturas temporárias e mobiliários urbanos temporários.

Sergio Vaz, Poeta urbano, um dos fundadores da Cooperifa, movimento cultural que promove Sarau e outras atividades culturais desde 2001, contou sua experiência de periferia. Não se recorda de ter vivenciado a experiência do espaço público na infância, por isso a paixão por futebol, pois o campo de várzea de futebol é o único espaço público disponível da periferia. Relata que achava que o planeta chamava Terra porque não tinha calçada na rua. Contou da sua vida no Jardim Ângela (São Paulo) nos anos 90. Quando ele chegou no bairro do Bixiga, no começo dos anos 80, ele compreendeu que realmente era pobre. Por que a cidade maltrata os pobres? Por que não tinha ônibus de madrugada, por que não era oferecido o direito à cidade? Cansaram de esperar que a cidade chegasse a eles, iniciaram o trabalho de agitação cultural no boteco, o “centro cultural” do pobre na periferia, pois é onde os trabalhadores se reúnem..

A cidade está em cada um que transforma a cidade. E eles levam a cidade que lhes é negada às pessoas da periferia. Sarau da Cooperifa, braço armado da cultura marginal paulista, se arma de prosa, verso e poesia, para revolucionar.

Jean François Germain Tible inicia sua fala perguntando de quem é a rua, de quem são os espaços públicos, de quem é a cidade. Recorda dos acontecimentos de 13 de junho de 2013. A razão da intervenção da polícia foi retomar a Paulista, pois na ocasião estavam dizendo que os movimentos estavam bloqueando o ir e vir dos cidadãos. Como a repressão foi muito forte, incendiou o país. A crítica de o principal cidadão ser o carro, já que era o direito de ir e vir dos carros que estava cerceado. Recorda que o nome “Greve” deriva do nome de Praça em Paris (Place de Grève) que

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

Mesa 08 - Cidades Insurgentes: Novas Formas de Apropriações Coletivas Urbanas

assim se chamava porque era onde se reuniam os trabalhadores que abandonavam o trabalho. Recorda da experiência das bicicletas brancas disponíveis para qualquer um usar, posteriormente adotadas como “gentileza urbana” por um banco. Recorda os protestos ocorridos na Turquia em 2013 (Istambul), que começaram como um protesto ambiental pacífico contra a demolição do Parque Taksim Gezi. Como associar democracia e rebeldia: revolta e positiva mesmo quando equivocada. As insurgências virais, que contaminam. Recorda das experiências das escolas apropriadas pelos estudantes de São Paulo.

Defende que o direito à cidade abrange o direito à ocupação dos espaços públicos e o direito às manifestações, portanto, ele sugere que essa deveria ser uma defendida pelo Brasil. Entende que o Direito à cidade é um direito político, que deveria ser incentivada pelos governos. Necessidade de se debater amplamente com a sociedade a Lei do Terror e o Marco civil de apropriação do espaço público.

Nabil fechou a mesa relatando sobre várias experiências apresentadas: Novos paradigmas do processo de apropriação da cidade. Plano diretor como instrumento que pensa a cidade como um todo. Ao longo do século XX se consolidaram alguns padrões como a cultura do automóvel, dos condomínios fechados, da propriedade privada, do consumo e geração de resíduos excessivos. Esses paradigmas associados aos modos de produção que acabam por fechar os modelos de cidades que hoje buscamos transformar.

Construindo a partir de micro processos (como o churrasco de gente diferenciada, uma manifestação contra os moradores que queriam impedir a instalação do metrô de Higienópolis), e outras experiências cidadãs, a transformação dos indivíduos que passam a ter como meta a recuperação e democratização dos espaços públicos, em movimentos coletivos de colaboração, solidariedade e menos individualistas. Reconhece que a melhoria dos espaços públicos nas periferias é uma agenda que necessita ser reforçada, dentro da necessidade de se discutir a agenda urbana do Brasil. Outros modos de mobilidade menos eficientes entram em protagonismo. Não há como esquecer que esse maior protagonismo da sociedade Civil ocorre num Brasil com menos recursos de investimento. Crise como algo positivo para se repensar o futuro das nossas cidades.

Sérgio, falou que podemos ocupar os espaços para viabilizar cultura pois as cidades são palco de diversos processos de mobilização social. Novos e velhos paradigmas entrando em conflito.

Ezequiel do MNLM Rio Grande do Sul e do Fórum Nacional de Reforma Urbana relata como essas novas formas de apropriação estão se consolidando no âmbito local muito pela troca de experiências com outros movimentos sociais organizados da América Latina, como o Chile. Depois de 2013 a defesa do direito, a alegria na luta pela moradia e criar pautas do direito à cidade. São Paulo tem se proposto a criar esta nova forma de fazer o diálogo cultura e cidade.

Eduardo Valdoski Ribeiro - Coordenador- Geral de Movimentos Urbanos, da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República vê perspectivas diferentes sobre o debate. A partir da fala do Jean, a sensação foi que julho de 2013 está para a luta do direito da cidade assim como as greves de 1978 estão para o processo de redemocratização do país. Apesar de começar com algo muito pontual, se converte para a reivindicação ao direito de viver a cidade e a mobilidade de qualidade. Centrado nos direitos sociais, na educação e na cultura, as manifestações são essencialmente porque viver nas cidades está muito ruim. Fruição da cidade é a nova agenda. Poder público reconhecendo os coletivos urbanos e o direito à cidade ao apoiar editais de redes com trabalhos nas ruas e a diversidade de apoiar cpf e não só cnj.

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades



Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alema

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

Mesa 08 - Cidades Insurgentes: Novas Formas de Apropriações Coletivas Urbanas

Ana Nascimento da Unicef aponta que a mesa foi estruturada com iniciativas para que as pessoas possam ser apoiadas, sem ter um cnpj. Como garantir direitos básicos da periferia.

3. PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- Novas relações entre Sociedade Civil, Estado e apropriação de territórios urbanos.
- Reconhecimento que a qualificação dos espaços públicos das periferias é uma agenda que necessita ser reforçada.
- O papel dos novos movimentos urbanos na transformação das cidades, revertendo modelos e padrões capitalistas de consumo como a propriedade privada, o modelo expansionista fomentado pela indústria automobilística.
- Pessoas (CPFs) beneficiadas por editais de intervenção e atuação cultural urbana, diversificando e democratizando o incentivo a cultura nas suas mais diversas expressões.
- Espaço urbano como palco dos conflitos de interesses de diversos grupos, alteridade e afirmações de identidades nos espaços urbanos.
- Construção de uma nova agenda com novas formas de organização dos coletivos, mais horizontais, participando das intervenções das cidades.
- Cidade como um espaço de encontro e de diálogo e o direito à cidade como espaço de encontro com pessoas ativas por uma transformação.
- O direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente e não só se apropriar da cidade.
- As legislações locais são muito fragmentadas e se mostram insuficientes para regulamentar uso no território de forma célere assim como a espontaneidade das manifestações.
- Afirmação da rua, do espaço público como um bem coletivo de livre acesso da população.
- A transformação dos indivíduos que passam a ter como meta a recuperação e democratização dos espaços públicos, em movimentos coletivos de colaboração, solidariedade e menos individualistas.
- A cidade está em cada um que a transforma.
- A cidade negada aos pobres nas periferias foi reinventada, usos não são estanques: o boteco virou centro comunitário, a rua vira palco.
- Debate entre a necessidade de se levar à cidade as periferias e qualificar o espaço público destes locais ao mesmo tempo que nos centros, o uso dos equipamentos e espaços públicos devem ser democratizados pela população como um todo, dada a polarização e convergência cultural do centros no fenômeno metropolitano.
- Atuações da sociedade civil em diversas escalas (desde coletivos às ações individuais) em diversas áreas (adotar praças, escrever cartas em praça pública, etc) se apropriando dos espaços públicos das mais diversas formas sob a égide da colaboração e solidariedade.

Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

Mesa 08 - Cidades Insurgentes: Novas Formas de Apropriações Coletivas Urbanas

4. PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS AO TEMA

Como os governos se posicionarão, sendo protagonistas ou não da construção da nova agenda com novas formas de organização dos coletivos, mais horizontais, participando das intervenções das cidades.

- Como construir um Marco regulatório para ocupação dos espaços públicos, tendo em vista as incertezas e dificuldades que surgem para se solicitar alvarás, permissões (os ritos da burocracia) e a garantia de direitos tanto de quem manifesta quanto do restante da população que deve administrar os conflitos advindos da obstrução de vias.
- Como o Estado se posiciona como articulador de diversos atores nos territórios das cidades para a promoção da apropriação dos espaços públicos de modo a se efetivar o direito à cidade.
- A posição política de que a sociedade deve ser responsável pela autorregulação e a responsabilidade cívica sobre o uso, conservação e cuidados com a gestão dos espaços públicos.
- Oportunizar ações para promover a transformação de espaços imperfeitos partindo da atuação direta e indireta da sociedade civil.
- Como o Estado pode incentivar o chamado “Urbanismo Tático”: ações de curta duração, de baixo custo e microescala, realizadas em grandes cidades a partir do esforço da sociedade civil.
- Como o Estado medeia intervenções nas cidades é objeto de conflito de interesses de grupos da população.
- Como mediar e conter a privatização de espaços públicos em nome da “ordem” e em privilégio de apenas um segmento social.

5. CONCLUSÕES

- Defender que o conceito de “smart cities” tem relação direta com a transformação cultural da sociedade de forma mais solidária e ativa: “ smart citizens”.
- Apoiar os governos locais no aprimoramento das legislações de forma suficiente para regulamentar uso no território de forma a não coibir a espontaneidade das manifestações.

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alema

giz